

Efeitos do Ambiente Político-Eleitoral e Institucional no Comportamento Fiscal: As Estratégias Empíricas Importam? Uma Análise por Meta-Regressão¹

Wallace da Silva Almeida
Universidade de Rio Verde
wallacealmeida88@hotmail.com

Carlos C. S. Saiani
IERI/UFU
ssaiani@ufu.br

Resumo

Diversos estudos associados às Teorias de *Political Business Cycle* ou, de forma mais ampla, à *Public Choice* avaliam se o ambiente político-eleitoral e institucional afeta o comportamento fiscal dos *policymakers*. Porém, no geral, suas evidências não estabelecem consensos e parecem sensíveis às estratégias empíricas. Nesse contexto, o objetivo do presente artigo foi justamente investigar como opções empíricas (por exemplo, estratégias de identificação, delimitações espaciais e temporais e especificações das variáveis) influenciam os resultados de estudos que investigaram efeitos de indicadores político-eleitorais e institucionais (ideologia, alinhamento, competição política, sistema político e ciclo eleitoral) no comportamento fiscal dos governantes (despesas e *déficit* público). Ou seja, foi averiguado se as diferentes estratégias empíricas de estudos da temática afetam as heterogeneidades de seus resultados. Para isso, foi usada a técnica de análise de meta-regressão associada a estimações por Mínimos Quadrados Ponderados e *Probit* ordenado. As evidências obtidas sinalizaram que as significâncias estatísticas dos efeitos estimados dependem dos atributos específicos dos modelos. Portanto, as estratégias empíricas influenciam os efeitos estimados de fatores político-institucionais no comportamento fiscal.

Palavras-chaves: *Political Business Cycle*. Análise de Meta-Regressão. Despesas Públicas.

Abstract

Several studies associated with Political Business Cycle Theories or, more broadly, with Public Choice assess whether the political-electoral and institutional environment affects the fiscal behavior of policymakers. However, in general, their evidence does not establish consensus and seems sensitive to empirical strategies. In this context, the objective of the present article was precisely to investigate how empirical options (for example, identification strategies, spatial and temporal delimitations and variable specifications) influence the results of studies that investigated the effects of political-electoral and institutional indicators (ideology, alignment, political competition, political system and electoral cycle) in the fiscal behavior of the government (expenditure and public deficit). In other words, it was investigated whether the different empirical strategies for studies on the theme affect the heterogeneity of their results. For this, the meta-regression analysis technique associated with weighted least squares and ordered probit estimations was used. The evidence obtained indicated that the statistical significance of the estimated effects depends on the specific attributes of the models. Therefore, empirical strategies influence the estimated effects of political-institutional factors on fiscal behavior.

Keywords: Political Budget Cycles. Meta-Regression Analysis. Public Expenditures.

Área ANPEC: 5 – Economia do Setor Público.

Classificação JEL: D72. C55. H50.

¹ Os autores agradecem o apoio da CAPES, CNPq e FAPEMIG.

1. Introdução

A vinculação entre variáveis econômicas e decisões políticas, principalmente em períodos eleitorais, tem impulsionado o interesse de vários estudos que averiguam impactos de aspectos político-eleitorais e institucionais no comportamento fiscal dos governos. Podem ser destacados Downs (1957), Frey e Lau (1968) e Hibbs Junior (1977), que, a partir de diferentes perspectivas analíticas, lançaram as bases para investigações associadas ao ramo denominado como *Political Business Cycle* (PBC)² ou, de forma mais ampla, à Teoria da Escolha Pública (*Public Choice*).

O debate sobre a possibilidade de ciclos político-econômicos de execução orçamentária parte do argumento de que os governantes, ao usarem recursos estratégicos para o estímulo do desenvolvimento socioeconômico, deveriam alocar o orçamento público de modo eficiente; porém, podem ocorrer desvios de finalidade do gestor público no exercício de sua função social mediante a manipulação do orçamento para fins eleitorais (PETTAS; GIANNIKOS, 2014).

A maioria das análises embasadas pela PBC, ou pelas “Teorias dos Ciclos Políticos”, enunciadas pioneiramente por Downs (1957), parte da hipótese de que períodos pré-eleitorais podem influenciar na dinâmica de execução orçamentária governamental. A partir dessa lógica, defende-se que os *policymakers* tendem a se envolver em atividades *rent-seeking* e a escolher políticas que induzam resultados econômicos favoráveis momentâneos e, conseqüentemente, a maximização da probabilidade de manutenção do poder político (AZZIMONTI, 2015).

Nessa perspectiva, diversos estudos empíricos investigaram fatores político-eleitorais e institucionais que poderiam explicar o comportamento fiscal dos governantes, potencializando ou amenizando suas potenciais atuações discricionárias motivadas por oportunidades eleitorais. Os vários fatores testados, em linhas gerais, podem ser agrupadas em 5 categorias de variáveis: i) o sistema político-eleitoral (CASTAÑEDA-ANGARITA, 2013; EICHLER; PLAGA, 2017); ii) o alinhamento político entre as diferentes esferas de governo em sistemas federativos (KIM; LIM, 2018); iii) a ideologia político-partidária (BASKARAN, 2013; AZZIMONTI, 2015); iv) o nível de competição eleitoral (KLEIN; SAKURAI, 2015); e v) a proximidade das eleições – ciclos político-econômicos ou eleitorais (BASKARAN, 2013; EICHLER; PLAGA, 2017).

Os resultados desses estudos variam amplamente. Nos termos de Stanley e Jarrel (1989), heterogeneidades de resultados em um ramo de investigação podem estar associados ao menos a um dos seguintes atributos dos estudos: a) método estatístico aplicado; b) viés decorrente da incorreta especificação do modelo de análise; e/ou c) particularidades relativas aos dados usados na pesquisa. Especificamente quanto ao tema deste artigo, preliminarmente, destacam-se outros fatores que podem contribuir para a geração de resultados distintos: d) a variável fiscal dependente de interesse – por exemplo, tipos de despesa, *déficit* ou dívida –; e) as unidades de análise das variáveis dependentes – valores absolutos, *per capita* ou em relação ao PIB –; e f) outras opções empíricas – por exemplo, metodologias e delimitações espaciais e temporais.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é investigar como opções empíricas (estratégias de identificação, delimitações espaciais e temporais e especificações das variáveis, entre outros aspectos) influenciam os resultados de trabalhos que avaliaram efeitos de indicadores político-eleitorais e institucionais no comportamento fiscal dos governantes (despesas e *déficit* público). Portanto, é averiguado se as diferentes estratégias empíricas dos estudos da temática afetam as heterogeneidades de seus resultados. Para isso, utiliza-se a técnica de análise de meta-regressão (*Meta Regression Analysis*, MRA), que está alicerçada na aplicação de métodos estatísticos a revisões sistemáticas das literaturas (FORTIN, 1999; RAMALHO, 2005; RABIAS, 2011).

Para a execução da MRA, inicialmente, é realizado um amplo rastreamento da literatura empírica relacionada a ciclos político-econômicos de execução orçamentária por intermédio do

² A discussão associada ao *Political Business Cycle* também é referenciada na literatura como: ciclos políticos de negócios, ciclos políticos orçamentários, ciclos políticos de execução orçamentária, ciclos políticos oportunistas, ciclos político-eleitorais de execução orçamentária e ciclos políticos econômicos oportunistas.

ScienceDirect. A seleção dos estudos primários se dá pela aplicação de um algoritmo de busca fundamentado no uso de palavras-chave e termo. Após selecionados, tais estudos são analisados de forma pormenorizada para a definição dos elementos constituintes e dos modelos da MRA. Dados os atributos específicos de cada estudo, que inviabilizam a comparação dos coeficientes estimados, segue-se a sugestão da literatura de considerar os *t-valores* na implementação da MRA (CARD; KLUVE; WEBER, 2010; HEINEMANN; MOESSINGER; YETER, 2018).

Antecipadamente, as evidências aqui obtidas por meio da técnica de MRA sinalizam que, no geral, as significâncias estatísticas dos modelos empregados no campo de pesquisa escolhido dependem dos atributos específicos de cada um dos estudos primários considerados. Assim, este estudo fornece dupla contribuição. Primeiro, minimiza a subjetividade dos métodos narrativos tradicionais de revisão de literatura sobre o tema, conduzindo a uma sintetização das evidências empíricas observadas. Além disso, as evidências encontradas permitem observar os principais efeitos proporcionados por várias estratégias empíricas usadas no campo de pesquisa, auxiliando na formulação de modelos empíricos e teóricos para futuras análises sobre o tema.

Além dessa introdução e das considerações finais, este artigo conta com mais três seções. A segunda exhibe uma breve revisão tradicional da literatura da temática escolhida, com foco no comportamento fiscal dos governantes frente a aspectos político-eleitorais e institucionais. Esta revisão posiciona a presente pesquisa, ao mesmo tempo que embasa algumas de suas opções empíricas. Na terceira, são apresentados os procedimentos adotados para a seleção dos estudos primários e as estratégias para a execução da MRA. Na quarta, os resultados são discutidos.

2. “Teorias dos Ciclos Políticos”: breve revisão (tradicional) da literatura

Em um cenário no qual o Estado deva atuar ativamente na promoção do desenvolvimento socioeconômico, com o intuito de garantir que a população disponha de maior acesso a bens e serviços providos publicamente e financiados por meio de recursos públicos, espera-se que o gasto governamental seja eficiente (PETTAS; GIANNIKOS, 2014). Contudo, será que existe a possibilidade de desvios de finalidades dos gestores públicos quanto à decisão de realização das despesas estatais ao longo do seu respectivo tempo de mandato (ciclo eleitoral)? Tal questão é a norteadora de uma vertente econômica conhecida como *Political Business Cycle* (PBC)³.

Ao analisar a questão, em oposição à ideia de competência dos agentes públicos – que é vinculada aos conceitos de eficácia e eficiência na execução de políticas públicas destinadas a promoção do bem estar dos administrados –, Downs (1957) considera que o operador político pode executar sua função social de forma discricionária, com o objetivo de alcançar finalidades de cunho privado, como poder, *status*, renda e riqueza. Assim, institui como hipótese central de seu modelo conceitual de investigação que os partidos políticos, em uma democracia, buscam implementar políticas públicas com o propósito de maximizarem oportunidades eleitorais.

Alicerçadas no trabalho seminal de Downs (1957), as “Teorias dos Ciclos Políticos”, passaram a ser desenvolvidas com distintas visões. Simplificadamente, tais “teorias” podem ser sistematizadas pela combinação de abordagens adotadas, nas quais, por um lado, eleitores são classificados quanto ao processo de formação de expectativas (adaptativas ou racionais) e, por outro, os agentes políticos podem escolher atuar de forma oportunista ou ideológico-partidária. Assim, podem ser divididas em dois conjuntos de modelos teóricos: i) os denominados como modelos clássicos, tradicionais ou irracionais; e ii) os chamados de modelos racionais. Os dois conjuntos apresentam duas vertentes distintas: uma oportunista e outra ideológico-partidária.

³ A discussão associada ao *Political Business Cycle* também é referenciada na literatura como: ciclos políticos de negócios, ciclos políticos orçamentários, ciclos políticos de execução orçamentária, ciclos políticos oportunistas, ciclos político-eleitorais de execução orçamentária e ciclos políticos econômicos oportunistas.

Os trabalhos associados à categoria dos clássicos partem da hipótese de que os eleitores formam expectativas *backward-looking*. Em outras palavras, adotam a hipótese de expectativas adaptativas, em que a decisão de voto dos eleitores considera apenas as informações disponíveis acerca do passado. Além disso, assumem a premissa do “eleitor míope”, no sentido de decidir o voto com base nas informações mais próximas ao período eleitoral (SIQUEIRA, 2016).

A origem dos modelos clássicos oportunistas é Nordhaus (1975), cujo pressuposto básico é o dos *policymakers* se dispor a executarem as políticas que forem necessárias para garantir a manutenção do seu poder (direto ou sucessores), desconsiderando, inclusive, a ideologia partidária se isso for necessário. Desse modo, as investigações que aplicam a abordagem dos modelos clássicos oportunistas partem da premissa de que os cidadãos aptos a votar são míopes e “ingênuos”, no sentido de considerarem apenas o desempenho pré-eleitoral para recompensar ou punir os governantes pelos votos. Pela vertente político-partidária, uma das implicações da discussão baseada em Nordhaus (1975) é a possibilidade das políticas serem “partidário-oportunistas”, ou seja, serem adotadas para a perpetuação de um partido no poder.

Os modelos clássicos partidários seguem a mesma linha de argumentação lógica básica dos clássicos oportunistas, avançando no sentido de considerar a influência do contexto de atuação partidária nos processos de decisão política. Hibbs Junior (1977) é pioneiro entre os trabalhos que aplicam a abordagem dos modelos clássicos partidários. A contribuição relevante está na inserção do viés ideológico. Ao analisar divergências das taxas de desemprego na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América (EUA), defende que os gestores públicos executam políticas macroeconômicas em harmonia com os interesses econômicos e preferências do grupo social que representa o núcleo de sua política eleitoral. Assim, o comportamento de variáveis macroeconômicas pode se correlacionar à orientações partidárias nas decisões dos governantes.

Portanto, resumidamente, os trabalhos embasados nos modelos clássicos consideram que os governantes têm incentivos para executar políticas fiscal e/ou monetária expansionistas para aumentar o nível de demanda agregada e reduzir o nível de desemprego, mesmo à custa de um processo inflacionário, e, assim, conquistar votos no período pré-eleitoral (dada a “miopia dos eleitores” –, ampliando, dessa forma, a probabilidade de vitória nas eleições). Logo, considera-se que o interesse particular do agente político pode afetar o comportamento de variáveis econômicas fundamentais no tempo. Nesse caso, as decisões dos agentes e o comportamento das variáveis econômicas passariam a estar, em parte, subordinadas aos interesses particulares da classe política e da influência da orientação ideológica e político-partidária do governante.

Com a revolução das expectativas racionais, os modelos clássicos receberam críticas, o que motivou a busca por atualizações e relativizações de suas premissas. No geral, a hipótese de os eleitores poderem ser sistematicamente “ludibriados” por agentes políticos não foi mais aceita. Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) foram pioneiros na incorporação da ideia de eleitores com comportamento racional, incluindo a fundamentação das expectativas racionais no debate de ciclos político-econômicos. Nessa linha, tais ciclos permaneceriam mesmo com expectativas como racionais, sendo decorrentes de assimetrias informacionais temporárias no que diz respeito à avaliação da competência do governante em exercício por parte do eleitorado.

Nos dois trabalhos supracitados, uma abordagem de sinalização de competência é usada para explicar a persistência de ciclos político-econômicos de manipulação fiscal em períodos eleitorais. Especificamente, defende-se que os detentores de cargos eletivos tendem a implantar políticas fiscais expansionistas, por meio do aumento de despesas públicas acima de um nível considerado “ótimo” e da redução de impostos antes das eleições, com o propósito de sinalizar sua competência ao eleitor ou de atender suas demandas para maximizar o número de votos⁴.

⁴ Segundo Shi e Svensson (2006) e Martinez (2009), as assimetrias informacionais quanto às competências dos governantes também podem incentivar empréstimos excessivos para financiar os gastos em períodos pré-eleitorais. Já Bohn (2019) destaca duas estratégias de sinalização de competência: i) aumento do *déficit* público direcionado

Cria-se, assim, um ciclo político-econômico de execução orçamentária associado ao calendário eleitoral motivado por assimetrias informacionais. Isso porque, em com informações perfeitas, a racionalidade geraria processos simultâneos de ajustes das expectativas e, portanto, poderia ser observada a descontinuidade dos ciclos no longo prazo (COVRE; MATTOS, 2016).

Já a abordagem racional aplicada aos modelos de ciclos partidários, por sua vez, parte da hipótese de que cada partido político atuaria segundo sua perspectiva ideológica. Nesse ponto de vista, de acordo com Alesina (1987), o exercício do poder pelo agente político é influenciado tanto por posições ideológico-partidárias quanto por expectativas racionais do eleitorado. Para defender tal argumento, o autor adota a perspectiva ideológica similar a Hibbs Junior (1977), que parte da premissa dos partidos terem diferentes incentivos e objetivos e, conseqüentemente, precisam se preocupar com os potenciais efeitos eleitorais de suas ações políticas. Alguns estudos avaliaram a hipótese de ciclos ideológico-partidários pela perspectiva racional, como Alesina e Sachs (1988) com evidências favoráveis para democratas e republicanos nos EUA.

As abordagens brevemente revisadas nessa seção, no geral, fundamentam investigações de efeitos de fatores político-eleitorais e institucionais sobre o comportamento fiscal de agentes públicos eleitos para cargos de diferentes esferas de governo e poder. A seguir, alguns trabalhos e evidências nesse sentido são comentados para subsidiar as análises empíricas deste artigo.

3. Metodologia

3.1 Procedimentos iniciais: seleção dos estudos

A revisão de literatura (ou revisão narrativa) é tradicionalmente empregada em diversos campos de pesquisa para efetuar uma sondagem da produção acadêmica disponível e, também, para a constituição, reconstituição ou recuperação de pensamentos e conceitos – tal como feito na segunda seção deste estudo. Assim, são encadeadas ideias e saberes de diferentes fontes no intuito de percorrer um determinado caminho na direção do objetivo proposto para o trabalho e, por consequência, daquilo que se quer compreender (GOMES; CAMINHA, 2014).

Porém, o método de revisão de literatura, que tem como característica essencial o caráter descritivo-discursivo, recorrentemente não exhibe os atributos desejáveis, do ponto de vista do desenvolvimento científico, que requer condições de repetitividade e reprodutibilidade. Por conseguinte, configura-se como uma técnica demasiadamente descritiva, obscura e vulnerável, ainda mais por estar vulnerável a influência do viés teórico-ideológico intrínseco ao pesquisador (BOTELHO; MACEDO; FIALHO, 2014; IGARASHI; IGARASHI; BORGES, 2015).

Apesar disso, esta asserção não visa negar e/ou defender a desconsideração, no todo ou em parte, da relevância das revisões narrativas tradicionais de literatura. Pretende-se apenas lançar luz sobre novas perspectivas e técnicas, ainda que raramente aplicadas em algumas áreas, a despeito de sua exequibilidade quanto a realização de um levantamento do material bibliográfico disponível. Nesse sentido, destaca-se o método de “revisão sistemática”.

Uma revisão sistemática refere-se a um processo de revisão da literatura vinculado a um dado problema de investigação formulado e bem definido, empregando algum procedimento metodológico sistemático explícito com o intuito de detectar, selecionar e avaliar criticamente estudos científicos relevantes publicados e associados ao problema investigativo da pesquisa (HIGGINS; GREEN, 2008). Adicionalmente, permite-se a sintetização dos dados existentes, o refinamento de hipóteses, a mensuração de amostras, além de colocar-se como uma ferramenta útil para a identificação e a definição de agendas futuras de pesquisa.

por gastos em funções mais apreciadas pelos eleitores; e ii) expansão dos gastos com publicidade e propaganda governamental a fim de reduzir a percepção dos eleitores quanto a problemas na gestão, como *déficits* públicos.

O presente artigo orienta-se por esta conduta. Isto porque, parte do pressuposto de que o método de revisão sistemática quantitativa, com a aplicação da técnica conhecida como análise de meta-regressão (MRA), pode auxiliar o pesquisador na tarefa de melhor compreender o fenômeno a ser avaliado, viabilizando a obtenção de evidências mais robustas sobre políticas e práticas do campo científico sob investigação (HIGGINS; GREEN, 2011). Simplificadamente, a MRA permite averiguar se e como as diferentes estratégias empíricas dos estudos influenciam as heterogeneidades em seus resultados (FORTIN, 1999; RAMALHO, 2005; RABIAS, 2011).

A validade de uma MRA exige a aplicação de um algoritmo bem definido e reproduzível de seleção de estudos para orientar o rastreamento da literatura e fundamentar a modelagem econométrica subsequente. Diante disso, tomando como referências as indicações de Higgins e Green (2011), efetua-se, a seguir, uma descrição das seis etapas de procedimento aqui adotadas no processo inicial de seleção dos estudos que compõem a base de dados a ser usada na MRA.

A coleta de trabalhos acadêmicos para este artigo iniciou-se com a definição da pergunta de pesquisa (etapa 1). Como já apontado, a intenção é discutir relações entre o comportamento fiscal e o ambiente político, eleitoral e institucional. Em seguida, efetua-se a definição da base de dados internacional para a pesquisa (etapa 2) e das palavras-chave e dos termos de consulta (etapa 3). A etapa 4 consiste na execução da busca pelas palavras-chave e termos no banco de dados escolhido na etapa anterior. Aqui, a opção foi pelo *ScienceDirect*, que indexa publicações de diversos países – no momento da realização da pesquisa, garantia acesso a aproximadamente quatro mil revistas e a mais de 35 mil livros de diversas áreas do conhecimento científico.

As palavras-chave e termos utilizados na pesquisa foram: *fiscal rules*, *political business cycle*, *public expenditure* e *election competition*. A escolha destes foi tomada em função da alta frequência em que podem ser observadas em trabalhos acadêmicos que utilizam o arcabouço teórico-metodológico associado à Teoria dos Ciclos Políticos de execução orçamentária, como pode ser constatado nos trabalhos de Vergne (2009), Aidt, Veiga e Veiga (2011), Chortareas, Logothetis e Papandreou (2016), Heinemann, Moessinger e Yeter (2018), entre outros.

Todas as palavras-chave e termos foram grafados no idioma inglês em virtude da maior profusão de estudos neste vernáculo. Por intermédio desta estratégia, qualquer artigo científico publicado em inglês que contenha as palavras-chave pode ser recuperado para fins de avaliação mais profunda. Em números brutos, isso resultou em um total de 603 resultados de pesquisa. Logo após, filtrou-se todos os resultados duplicados. Além disso, o período de análise foi limitado a uma década. Assim, apenas artigos publicados de 2008 a 2018 persistiram na base.

O conjunto de estudos selecionados reduziu para 295 as publicações relacionadas, direta ou indiretamente, às quatro palavras-chave elencadas para a realização da revisão sistemática da literatura. Na etapa 5, o mecanismo de verificação assume explicitamente como critério de seleção a relevância e o impacto das publicações, medidos pelo JCR da revista da publicação indexada à base de dados internacional de pesquisa. Uma vez que é estabelecida a priorização da reprodutibilidade do processo técnico de seleção de estudos primários (HIGGINS; GREEN, 2011), considera-se inadequada a introdução de qualquer pesquisa que não atenda aos critérios previamente definidos. Na etapa 6, primeiramente, são selecionados os estudos com estimações econométricas. Após isso, cada um dos que permanecem no banco são analisados com maior rigor mediante um minuciosa leitura dos títulos, resumos, introdução, metodologia e resultados.

A partir da execução das etapas supracitadas, viabilizou-se a constituição de uma amostra final composta por 1.376 observações provenientes de 21 estudos primários que atenderam a todos os critérios de seleção (Quadro 1). As observações expressam os atributos das pesquisas primárias. Identificam-se, assim, tanto as variáveis dependentes e independentes dos modelos estimados quanto à magnitude da amostra, a abrangência do espaço de análise, impacto da publicação, entre outros fatores explicativos da influência das estratégias empíricas utilizadas nos estudos de referência. Após a aplicação dos procedimentos para a constituição da amostra

de observações, são adotadas as estratégias para a MRA discutidas a seguir para investigar os efeitos das opções metodológicas e empíricas dos estudos primários nos resultados encontrados.

3.2 Estratégias empíricas para a MRA

As características idiossincráticas dos estudos que compõem a base de dados para realizar uma MRA precisam ser agregadas em um conjunto de variáveis comuns e comparáveis entre si (FORTIN, 1999). O ideal, no contexto de uma MRA, é a extração de um coeficiente de impacto uniformemente definido que, desta forma, possa ser diretamente comparável entre todas os estudos (RAMALHO, 2005). No presente artigo, no entanto, isso não é viável em função da expressiva heterogeneidade metodológica entre os estudos do campo de investigação em tela.

A primeira fonte de heterogeneidade refere-se à variável fiscal utilizada como dependente nos modelos estimados. Por exemplo, nos estudos de Giuliadori e Beetsma (2008), Jalil (2012), Oto-Peralías, Romero-Ávila e Usabiaga (2013), a variável dependente é o *déficit* público. Já os estudos de Guccio e Mazza (2014), Dutt e Mobarak (2016), Bove, Efthyvoulou e Navas (2017) e Bracco, Porcelli e Redoano (2018) assumem como variáveis dependentes as despesas públicas por categorias ou funções. Eichler e Plaga (2017) e Kim e Lim (2018), por sua vez, consideram a dívida pública. A segunda heterogeneidade observada associa-se às unidades de análise das variáveis dependentes, inseridas em termos *per capita* (SJAHRIR; KIS-KATOS; SCHULZE, 2014; KANG, 2018), assim como em valores absolutos (HESSAMI, 2014; KLOMP; HAAN, 2016) ou em razões em relação ao PIB (BASKARAN, 2013; GUCCIO; MAZZA, 2014).

A terceira e quarta fontes de heterogeneidades são relativas às delimitações temporais e às diferentes metodologias econométricas adotadas nas estimações dos coeficientes de impacto. As estimações baseiam-se em modelos tanto com dados em *cross-sections* (ABBOTT; JONES, 2014; DUTT; MOBARAK, 2016) como com dados estruturados em painel, como, por exemplo, em Klein e Sakurai (2015), Bove, Efthyvoulou e Navas (2017), Kang (2018). No último caso, existem modelagens de efeitos fixos (AZZIMONTI, 2015; HESSAMI, 2014), efeitos aleatórios (ABBOTT; JONES, 2014; SJAHRIR; KIS-KATOS; SCHULZE, 2014), GMM (JALIL, 2012; KLOMP; HAAN, 2016), *System-GMM* (BOUKARI; VEIGA, 2018; KLEIN; SAKURAI, 2015) e variáveis instrumentais (GIULIODORI; BEETSMA, 2008), entre outras alternativas.

Portanto, as características específicas de cada estudo inviabilizam a comparação direta dos coeficientes estimados. Para lidar com tal problema, a literatura sugere a MRA baseada nos *t-valores* e não nos coeficientes. Defende-se que os *t-valores* propiciam a comparabilidade total e imediata entre os estudos, independentemente das unidades de medida das variáveis (CARD; KLUGE; WEBER, 2010; HEINEMANN; MOESSINGER; YETER, 2018). Assim, no presente artigo, seguindo esta recomendação da literatura, opta-se por utilizar os *t-valores* dos indicadores de interesse como variáveis dependentes dos modelos econométricos estimados.

Adota-se o valor crítico da distribuição *t* de *Student* no limite de 10% (sendo $Z_{\alpha/2} = \pm 1,645$). A interpretação das evidências encontradas é realizada a partir do respectivo nível de significância estatística e sinal, ao invés da apuração dos efeitos marginais, em consonância com Card, Kluge e Weber (2010). Ademais, em conformidade com os pressupostos tradicionais para o caso da MRA, espera-se que a heterogeneidade nos resultados individuais dos estudos primários considerados seja motivada por: erros de amostragem ($\varepsilon_{j,i}$), conjunto de covariáveis empregadas nas estimativas (A) ou atributos específicos relacionados à investigação (X). Nessa perspectiva, o modelo econométrico básico a ser utilizado é expresso por meio da equação (1).

$$\hat{t}_{j,i} = \beta_0 + \delta X_{j,i} + \vartheta A_{j,i} + \varepsilon_{j,i}; j = 1, 2, \dots, 21 \quad (1)$$

sendo: $\hat{t}_{j,i}$ o *t-valor* estimado para observação i do estudo primário j ; β_0 o intercepto, que capta o *t-valor* do estudo típico em todas as pesquisas primárias consideradas MRA; $X_{j,i}$ o vetor de

variáveis explicativas de interesse (indicadores político-institucionais); $A_{j,i}$ o vetor de variáveis controle; $\varepsilon_{j,i}$ os erros aleatórios; e δ e ϑ os coeficientes associados, respectivamente, aos vetores de variáveis explicativas de interesse e de controle, com significâncias estatísticas calculadas com erros padrão robustos, seguindo Heinemann, Moessinger e Yeter (2018)⁵.

Dada a presença de substancial heterogeneidade associada aos tamanhos das amostras e às abordagens metodológicas empregadas nos estudos primários, as variâncias individuais de $\hat{t}_{j,i}$ não são homocedásticas. Por conseguinte, diferentemente da tradicional MRA por Mínimos Quadrados Ordinários (BENOS; ZOTOU, 2014), as estimações econométricas sintetizadas pela equação (1) é aqui executada por Mínimos Quadrados Ponderados, que, nesse caso, tende a ser mais eficiente (GREENE, 2003; STANLEY, 2008; EFENDIC; PUGH; ADNETT, 2011).

O *t*-valor ($t_{j,i}$) de cada observação é ponderado com o inverso da parcela de observações n por estudo primário j em relação à totalidade de observações (1.376) derivada dos 21 estudos primários selecionados. A realização deste procedimento analítico de ponderação busca evitar uma descrição tendenciosa dos dados a partir da expressão descrita na equação (2).

$$\hat{t}_{j,i} = t_{j,i} \cdot \left[1 - \left(\frac{K_{j,i}}{U_{j,n}} \right) \right]; j = 1, 2, \dots, 21; n = 1, 2, \dots, 1376 \quad (2)$$

sendo $\hat{t}_{j,i}$ e $t_{j,i}$, respectivamente, os *t*-valores ponderados e *t*-valores não ponderados vinculados à cada observação i do estudo primário j ; $K_{j,i}$ o número i de observações de cada um dos estudos primários j , separadamente; $U_{j,n}$ é o número total n de observações da amostra completa de dados extraída, conjuntamente, dos vinte e um estudos primários j – assim, é atribuído o mesmo peso para cada um dos estudos que compõem a amostra completa de dados.

Segundo Angrist e Pischke (2009), pode-se ponderar que, devido ao reduzido número de *clusters*, a correlação serial implícita nas observações individuais tenderia a ser subestimada. Heinemann, Moessinger e Yeter (2018) destaca que a magnitude dos *clusters*, nesses casos, pode variar de acordo com a heterogeneidade relativa à quantidade de estimativas primárias obtidas nas investigações. Nesse cenário, como sugerido por Cameron, Gelbach e Miller (2008), deve-se optar pelo procedimento de *wild cluster bootstrap* para lidar com ambas as restrições.

Ademais, no intuito de garantir maior robustez aos resultados, é realizada a extensão da modelagem econométrica básica empregada na equação (1). Para isso, segue-se a estratégia de Card, Kluve e Weber (2010), adotando uma abordagem *Probit* ordenada. Nesse intuito, divide-se os *t*-valores dos estudos primários em três grupos, conforme expresso pela equação (3). A classificação de cada grupo refere-se às observações que exibem, respectivamente, influência negativa significativa (−1), não significativa (0) e positiva significativa (+1).

$$\bar{t}_{j,i} = \begin{cases} -1, \text{negativo significativo se } \hat{t}_{j,i} \leq -1,645 \\ 0, \text{não significativo se } -1,645 < \hat{t}_{j,i} < 1,645 \\ +1, \text{positivo significativo se } \hat{t}_{j,i} \geq 1,645 \end{cases} \quad (3)$$

Considerando (1), (2) e (3), pode-se expressar a especificação do modelo a ser estimado por intermédio da abordagem de *Probit* ordenado conforme a equação (4).

$$\bar{t}_{j,i} = \alpha_0 + \delta X_{j,i} + \vartheta A_{j,i} + \varepsilon_{j,i}; j = 1, 2, \dots, 21 \quad (4)$$

sendo: $\bar{t}_{j,i}$ o impacto negativo significativo (−1), não significativo (0) ou positivo significativo (+1) estimado para a especificação i do estudo primário j ; α_0 o intercepto (o *t*-valor do estudo típico em todos os estudos primários aqui considerados); $X_{j,i}$ o vetor de variáveis explicativas

⁵ Para o caso de uma regressão linear múltipla, um estimador válido da $Var(\beta_j)$ com heterocedasticidade é: $\widehat{Var}(\beta_j) = \frac{\sum \hat{r}_{ij} \hat{u}_i^2}{SQR^2}$, em que \hat{r}_{ij} é o i -ésimo resíduo da regressão de X_j em todas as outras variáveis independentes; \hat{u}_i^2 o quadrado do resíduo de i ; e SQR denota a soma dos quadrados dos resíduos da regressão.

político-institucionais; $A_{j,i}$ o vetor de variáveis controle; $\varepsilon_{j,i}$ o termo de erros aleatórios; δ e ϑ , respectivamente, os vetores de coeficientes das variáveis explicativas de interesse e controle

Baseando-se em evidências da literatura (Quadro 1), parte-se do pressuposto de que aspectos político-eleitorais e institucionais afetariam significativamente o comportamento dos governantes refletido em despesas e *déficits* públicos. Considerando os aspectos supracitados, os *t-valores* dos estudos primários selecionados são codificados de modo que o sinal negativo do coeficiente estimado para uma variável explicativa denote um impacto restritivo da execução orçamentária. Em outras palavras, a respectiva variável político-eleitoral ou institucional reduz a despesa pública ou o *déficit* público ou, por outro lado, aumenta as receitas governamentais.

Como é exposto pela Tabela 1, as informações coletadas dos estudos primários incluem dimensões específicas para os seguintes tipos de variáveis: i) dependentes; ii) político-eleitorais e institucionais; iii) socioeconômicas; iv) nível administrativo (esfera de governo); v) métodos econométricos; vi) delimitações espaciais e temporais; e vii) publicações (revistas e impactos). A maioria das variáveis são consideradas como *dummies*. A Figura 1 expõe o mapa dos estudos pelo país de origem dos autores. Nota-se maior na concentração no Reino Unido e na Alemanha.

As variáveis fiscais fundamentam-se em prática comum da literatura de as adotar como dependentes em estimações que investigam a ocorrência de ciclos políticos orçamentários – por exemplo, como em Jalil (2012), Hessami (2014), Klein e Sakurai (2015) e Kang (2018). Já as variáveis ideologia, alinhamento, nível de competitividade política, sistema político-eleitoral e ano da eleição representam as variáveis político-eleitorais e institucionais mais utilizadas nos estudos primários (e nos demais em geral) como explicativas do comportamento fiscal.

Especificamente em relação à variável ideologia, os estudos selecionados assumem várias visões quanto às vertentes ideológica dos partidos e eleitores – esquerda, direita, centro, centro-esquerda, centro direita, democratas ou republicanos, entre outras (BASKARAN, 2013; AZZIMONTI, 2015; BOUKARI; VEIGA, 2018; KIM; LIM, 2018). Para a competição política, os estudos tendem a usar o percentual ou margem de votos do candidato (KANG, 2018) ou o total de acentos no parlamento (BASKARAN, 2013). É comum, ainda, avaliações dos efeitos no comportamento fiscal de sistemas político-eleitorais de votação proporcional ou majoritária (VERGNE, 2009; DUTT; MOBARAK, 2016; KLOMP; HAAN, 2016) e do ano da eleição (GIULIODORI; BEETSMA, 2008; KLEIN; SAKURAI, 2015; EICHLER; PLAGA, 2017).

No que se refere às estratégias de estimação/identificação, deve-se chamar a atenção para um ponto comum de crítica. A partir de Heinemann, Moessinger e Yeter (2018), pode-se sugerir que muitos trabalhos vinculados ao PBC são negligentes ou lidam de forma insuficiente com possíveis vieses de variáveis omitidas, endogeneidade ou causalidade reversa. Ao desconsiderar tais aspectos, limitam a extensão dos resultados encontrados. Contudo, alguns poucos trabalhos empíricos buscaram lidar com estes potenciais problemas. Hessami (2014), por exemplo, aplica o método de efeitos fixos para controlar a heterogeneidade individual não observada ao analisar a relação entre corrupção política e composição do orçamento. Existem, ainda, trabalhos com métodos de variáveis instrumentais (IV) e quase experimentais. Foremny (2014), por exemplo, emprega um método IV com indicadores para a situação fiscal dos países como instrumentos. Burret e Feld (2018), por sua vez, utilizam o método de diferenças em diferenças com o objetivo de investigar o efeito das regras fiscais sobre os *déficits* públicos subnacionais na Suíça.

Para verificar as possíveis diferenças de resultados em função dos métodos econométricos adotados nos vinte e um estudos empíricos considerados, primeiramente, são construídas cinco variáveis *dummies* que representam os métodos empregados: OLS, FE, GMM, System-GMM e IV. Verifica-se que a opção pela modelagem *System-GMM* é efetuada por Klein e Sakurai (2015), Boukari e Veiga (2018) e Kang (2018), com os maiores números de observações entre as publicações consideradas. Por outro lado, em estudos que utilizam pequenas amostras, como Abbott e Jones (2014), Guccio e Mazza (2014), Azzimonti (2015) e Dutt e Mobarak (2016), as estimações de modelos por OLS e efeitos fixos são empregadas com maior frequência.

Tabela 1 – Descrições das variáveis empregadas na MRA

Variáveis	Descrições
Variáveis Dependentes	<i>t</i> -valor <i>Dummy t</i> -valor <i>t</i> -valor das estimativas dos estudos primários; -1, se <i>t</i> -valor negativo; se 0, se <i>t</i> -valor não significativo; +1, se <i>t</i> -valor positivo
Variáveis Explicativas – <i>Variáveis Fiscais</i> (Dependentes nos Estudos Primários)	Despesa pública total Despesa corrente Despesa de capital Despesas por função Déficit público 1, se despesa pública; 0, no caso contrário; 1, se despesa corrente; 0, no caso contrário; 1, se despesa de capital; 0, no caso contrário; 1, se despesa direcionada; 0, no caso contrário; 1, se déficit público; 0, no caso contrário;
Variáveis Explicativas – <i>Indicadores Político-Eleitorais e Institucionais</i>	Ideologia Alinhamento Competição político-eleitoral Sistema político-eleitoral Ano de eleição 1, se ideologia; 0, no caso contrário; 1, se alinhamento; 0, no caso contrário; 1, se competição político-eleitoral; 0, no caso contrário; 1, se sistema político-eleitoral; 0, no caso contrário; 1, se ano de eleição; 0, no caso contrário;
Variáveis de Explicativas – <i>Abrangências Espaciais de Análise</i>	Nacional Estadual Municipal 1, se nacional; 0, no caso contrário; 1, se estadual; 0, no caso contrário; 1, se municipal; 0, no caso contrário;
Variáveis Explicativas – <i>Abordagens Metodológicas</i>	OLS FE GMM System-GMM IV 1, se <i>Ordinary Least Squares</i> (OLS); 0, no caso contrário; 1, se <i>Fixed Effects</i> (FE); 0, no caso contrário; 1, se <i>Generalized Method of Moments</i> (GMM); 0, no caso contrário; 1, se <i>System-GMM</i> ; 0, no caso contrário; 1, se <i>Instrumental Variables</i> (IV); 0, no caso contrário;
Variáveis Explicativas – <i>Estratégias de Identificação</i>	Identificação 1 Identificação 2 Identificação 3 Identificação 4 1, se FE, GMM, System-GMM ou IV; 0, no caso contrário; 1, se GMM, System-GMM ou IV; 0, no caso contrário; 1, se System-GMM ou IV; 0, no caso contrário; 1, se IV; 0, no caso contrário;
Variáveis Explicativas – <i>Espaços de Análise</i>	União Europeia (UE) Estados Unidos da América (EUA) Países membros da OCDE Ásia América Latina 1, se UE; 0, no caso contrário; 1, se EUA; 0, no caso contrário; 1, se OCDE; 0, no caso contrário; 1, se Ásia; 0, no caso contrário; 1, se América Latina; 0, no caso contrário;
Variáveis Explicativas – <i>Períodos de Análise</i>	Até anos 1950 Anos 1960 e 1970 Anos 1980 e 1990 A partir dos anos 2000 1, se Anos até 1950; 0, no caso contrário; 1, se Anos 1960 e 1970; 0, no caso contrário; 1, se Anos 1980 e 1990; 0, no caso contrário; 1, se Anos a partir dos 2000; 0, no caso contrário;
Variáveis Explicativas – <i>Origens da Publicação</i>	<i>European Journal of Political Economy</i> <i>Journal of Comparative Economics</i> <i>Journal of Development Economics</i> <i>Journal of Policy Modeling</i> <i>World Development</i> Outras revistas 1, se <i>European Journal of Political Economy</i> ; 0, no caso contrário; 1, se <i>Journal of Comparative Economics</i> ; 0, no caso contrário; 1, se <i>Journal of Development Economics</i> ; 0, no caso contrário; 1, se <i>Journal of Policy Modeling</i> ; 0, no caso contrário; 1, se <i>World Development</i> ; 0, no caso contrário; 1, se alguma diferente das anteriores; 0, no caso contrário;
Variável Explicativa – <i>Impacto</i>	Fator de impacto (JCR) Indicador de impacto JCR (<i>Journal Impact Factor</i>)

Quadro 1 – Caracterização da amostra de estudos primários

Estudos Primários	Modelagem econométrica					Variáveis fiscais						País com afiliação acadêmica dos autores												Observações na modelagem econométrica				
	OLS	FE	GMM	System-GMM	IV	Despesa total	Despesa corrente	Despesa de capital	Despesa direcionada	Déficit público	Outras variáveis	Germany	Australia	Brazil	Taiwan	Spain	USA	Netherlands	France	Italy	Japan	South Korea	Malaysia		India	UK	Turkey	
Giuliodori e Beetsma (2008)	●				●					●		●																168
Vergne (2009)		●	●				●	●	●		●						●											878
Aidt e Eterovic (2011)		●					●		●		●														●			1.044
Jalil (2012)			●				●			●															●			253
Baskaran (2013)	●		●	●	●		●		●			●																455
Castañeda-Angarita (2013)			●		●		●			●																		112
Oto-Peralfas et al. (2013)	●	●		●			●			●																		640
Abbott e Jones (2014)	●						●																		●			58
Guccio e Mazza (2014)	●		●				●																					99
Hessami (2014)	●	●					●		●			●																346
S'jahrir, Kis-Katos e Schulze (2014)	●						●	●	●		●																	1.889
Azzimonti (2015)		●					●		●		●																	47
Bracco, Porcelli e Redoano (2015)				●			●				●																	2.852
Klein e Sakurai (2015)	●	●	●	●			●	●	●		●																	27.144
Dutt e Mobarak (2016)	●	●			●		●		●																	●		82
Klomp e Haan (2016)	●		●				●				●																	1.877
Bove, Efthymoulou e Navas (2017)	●			●	●		●		●																●			598
Eichler e Plaga (2017)				●			●			●																		589
Boukari e Veiga (2018)				●			●	●			●													●				5.541
Kang (2018)				●			●				●																	72.694
Kim e Lim (2018)				●			●		●			●													●			1.703

Figura 1 – Distribuição geográfica das publicações por afiliação acadêmica dos autores



Há trabalhos que adotam mais de um método de estimação. Assim, seguindo a proposta de análise de Heinemann, Moessinger e Yeter (2018), também são construídas quatro *dummies* que englobam variações nas estratégias empíricas. A *dummy* identificação 1 representa a adoção de uma abordagem mais geral, assumindo valor igual a 1 se ao menos uma das quatro estratégias que consideram a heterogeneidade dos dados (efeitos fixos, GMM, *System-GMM* e IV) é usada no estudo primário. As *dummies* de estratégias de identificação subsequentes são constituídas a partir da eliminação sequencial de estratégias com o intuito de identificar os possíveis efeitos de cada uma delas. Dessa forma, a *dummy* identificação 2 exclui os efeitos fixos, a *dummy* identificação 3 desconsidera também o GMM e, finalmente, a *dummy* identificação 4 exclui, adicionalmente, o *System-GMM*, mantendo somente o método de variáveis instrumentais (IV).

Por último, vale apontar que, apesar de não ser um objetivo geral das análises, as inclusões de *dummies* origens de publicação, que representam as principais revistas que publicam estudos no tema, permitem averiguar se existe um viés de significância nas publicações. Além disso, a inserção do fator de impacto como uma variável explicativa, permite averiguar a possibilidade de um efeito adicional associado à reputação da revista no viés de significância da publicação.

4. Análises dos resultados da MRA

A seguir, são apresentados e discutidos os resultados encontrados por meio das estratégias de estimação discutidas na seção anterior. A Tabela 2 exhibe os resultados das estimações por Mínimos Quadrados Ponderados (MQP) para a variável dependente *t-valor*, obtidas tanto por *cluster* (entre colchetes) como por *wild cluster bootstrap* (entre chaves). A especificação básica de referência é a (1), que representa o modelo expresso na equação (1). A especificação (2) acrescenta variáveis de controle. As especificações (3) a (6) referem-se aos resultados obtidos a partir do uso sequencial de um conjunto das *dummies* de identificação que buscam mostrar o possível impacto específico das abordagens econométricas dos estudos empíricos selecionados.

Pela especificação (1), não é possível detectar um valor médio de consenso quanto ao *t-valor*. Em outras palavras, os estudos primários que exibem as características estabelecidas na especificação (1) relatam um impacto médio negativo, mas não significativo, de -0,218 dos atributos político-eleitorais e institucionais no limite de 10%. Isso é válido para todas as demais especificações da Tabela 2, tanto no caso dos erros-padrão em *cluster* como em *bootstrap*.

Ainda em relação à especificação básica (1), nota-se que a variável dependente adotada no estudo é relevante para a avaliação de impactos de fatores político-eleitorais e institucionais. Este é o caso do *déficit* público e das despesas correntes, para as quais todos os coeficientes estatisticamente significativos são positivos. Tais resultados convergem aos de Vergne (2009), Jalil (2012) e Burret Field (2018), que investigaram o comportamento fiscal dos governantes.

Além disso, aponta-se para o caso das despesas correntes e *déficit* público um valor médio de consenso quanto ao *t-valor* de 0,782 e 0,667, respectivamente. Isso quer dizer que estudos que adotam essas variáveis como dependentes em suas estimativas tendem a exibir um impacto positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5%. Esta observação é válida não somente para (1), mas para todas as demais especificações com os coeficientes estimados com precisão estatística (*bootstrap*). Na especificação (3), também há significância nas despesas por função.

Em relação aos fatores político-eleitorais e institucionais, as evidências são menos claras. Enquanto nas especificações (1) e (2) somente a variável competição político-eleitoral parece importar no sentido de geração de influência sobre uma variável dependente fiscal. Na especificação (3), as variáveis ideologia e alinhamento político-partidário também são associados a alguns coeficientes com significância estatística. Aidt e Eterovic (2011), por exemplo, indicam que as reformas que aumentam a competição política tendem a limitar o tamanho do governo; já as reformas que aumentam a participação política tendem a expandir o

tamanho do governo. Na especificação (4), apenas o sistema político-eleitoral e a proximidade das eleições (medida pela variável ano de eleição) tendem a influenciar o comportamento da variável dependente fiscal do modelo. Nessa perspectiva, Vergne (2009) destaca que os gastos públicos no ano eleitoral se deslocam em direção as despesas correntes mais visíveis, em particular salários e subsídios.

Tabela 2 – Resultados das estimações básicas: variável dependente *t*-valor

Varáveis / Especificações	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
<i>Variáveis Fiscais</i> (categoria omitida: Despesa Pública Total)						
Despesas correntes	0,782 [1,92]** {1,99}**	0,387 [1,24] {1,09}	0,682 [2,13]** {2,30}**	0,668 [1,33] {1,97}**	0,524 [1,43] {2,18}**	0,294 [0,81] {2,19}**
Despesas de capital	-0,336 [-1,00] {-0,05}	0,068 [0,14] {-0,51}	-0,099 [-0,25] {-0,09}	0,108 [0,29] {-0,12}	-0,214 [-0,67] {-0,13}	-0,486 [-1,45] {-0,02}
Despesas por função	0,270 [0,62] {-0,89}	-0,141 [-0,35] {-1,45}	-0,365 [-1,92]** {-0,86}	0,232 [0,60] {-1,05}	0,232 [0,60] {-1,11}	-0,129 [-0,29] {-0,73}
<i>Déficit</i> público	0,667 [1,92]** {2,11}**	1,000 [2,08]** {2,46}*	0,198 [0,87] {2,35}*	0,949 [2,42]* {2,25}**	0,879 [2,18]** {1,97}**	0,302 [0,78] {2,11}**
<i>Variáveis Político-Eleitorais e Institucionais</i>						
Ideologia	0,160 [-0,31] {1,20}	-0,422 [1,07] {1,32}	-0,628 [2,17]** {1,43}	-0,259 [-1,43] {0,98}	0,197 [-0,28] {1,19}	-0,166 [-0,72] {1,34}
Alinhamento	-0,118 [0,32] {-0,43}	0,615 [-0,98] {-0,50}	0,461 [-1,99]** {-0,40}	-0,343 [-0,71] {-0,49}	-0,0775 [0,46] {-0,39}	-0,263 [-0,40] {-0,42}
Competição político-eleitoral	-0,808 [-1,67]*** {-1,30}	-0,708 [-1,32] {-1,66}***	-0,335 [-1,60]*** {-1,79}***	-0,329 [-0,49] {-1,13}	-0,337 [-0,80] {-0,99}	-0,003 [-0,01] {-1,30}
Sistema político-eleitoral	0,166 [0,44] {-0,64}	-0,093 [-0,31] {-0,38}	-0,401 [-1,21] {-0,45}	-0,526 [-1,81]*** {-0,68}	-0,008 [-0,02] {-0,67}	-0,038 [-0,12] {-0,62}
Ano de eleição	0,322 [0,73] {-0,19}	0,223 [0,88] {0,34}	0,124 [0,90] {-0,40}	0,644 [1,87]*** {0,17}	0,304 [0,86] {-0,08}	0,232 [0,50] {-0,25}
Constante	-0,218 [-0,51] {0,88}	-0,850 [-1,39] {-1,37}	-0,212 [-1,09] {0,08}	-0,206 [-0,51] {0,96}	-0,178 [-0,46] {1,11}	0,187 [0,44] {0,79}
Espaços de Análise	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Abordagens Metodológicas	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Dummy</i> Identificação 1	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Dummy</i> Identificação 2	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Dummy</i> Identificação 3	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Dummy</i> Identificação 4	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Número de Observações	1.011	1.073	1.056	1.013	1.006	1.009
Testes F	4,51*	3,43*	4,33*	2,33*	3,92*	4,62*
VIF	1,79	4,27	1,81	1,86	1,88	1,74
R ²	0,021	0,013	0,0231	0,0184	0,0307	0,0023

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: Estatísticas-t em cluster entre colchetes. Estatísticas-t por *bootstrap* entre chaves. * Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. *** Significativo a 10%. Pesos analíticos para cada estudo estão incluídos.

Existem especificações – (1), (2) e (3) – com significâncias estatísticas para as variáveis ideologia, competição político-eleitoral e sistema político-eleitoral. Nota-se que tais atributos tendem a promover um impacto negativo na expansão da aplicação de recursos orçamentários,

principalmente com relação à ampliação de despesas correntes e *déficit* público. Por outro lado, o alinhamento político-partidário – especificação (3) – e o ano da eleição – especificação (4) – tendem a favorecer o crescimento das despesas correntes e do *déficit* público. Em Herwartz e Theilen (2014), por exemplo, defende-se que a ideologia tem perdido o seu poder de influência, com o ciclo eleitoral se tornando mais importante na explicação de mudanças nas despesas. Nas especificações (4) e (5), variações dos indicadores político-eleitorais e institucionais parecem não gerar impactos adicionais nas variáveis fiscais de interesse nos estudos primários. Isso pode decorrer destes não capturarem o tipo de atributo político-eleitoral e institucional com precisão ou, eventualmente, os agruparem a outros, dificultando a identificação da influência específica.

Portanto, os estudos primários que executam estimativas econométricas com efeitos fixos – especificação (3) – tendem a exibir mais significâncias estatísticas dos impactos estimados de fatores políticos-eleitorais e institucionais. Ou seja, os resultados referentes a modelos de efeitos fixos são mais robustos quando comparados à média dos *t-valores* obtidos por GMM e IV nos estudos primários. Assim, considera-se que a já comentada tendência de crescimento dos níveis de despesas correntes e de *déficit* público é evidenciada de forma mais consistente nos estudos primários que realizam estimações econométricas de modelos em painel com efeitos fixos.

Ademais, de acordo com as evidências para as diferentes estratégias de identificação dos estudos, constata-se que a consideração de um possível viés de endogeneidade é crucial para a significância estatística das estimativas – ver especificação (3). Embora com menor grau de robustez, os resultados da especificação (5) sinalizam que estudos com estimações efetuadas com o uso dos métodos de *System-GMM* ou IV tendem a afetar positivamente a significância das estimativas de impacto do ambiente político-eleitoral e institucional sobre variáveis fiscais.

Para obter evidências adicionais, realiza-se a extensão das estimações considerando mais quatro grupos de variáveis explicativas que se juntam àquelas já constantes na especificação básica (1): i) espaços de análise; ii) períodos de análise; iii) origens da publicação (revistas); e iv) seus fatores de impacto. Os resultados para estas variáveis são expressos na Tabela 3. As evidências para as demais variáveis explicativas não são reportados por serem semelhantes aos obtidos nas estimações anteriores (Tabela 2) – podendo ser disponibilizados pelos autores.

Os resultados apontam que o efeito médio nos *t-valores* associados à influência de fatores político-eleitorais e institucionais sobre as variáveis dependentes fiscais dos estudos primários – especificação (7) – tende a ser superior nos Estados Unidos da América (EUA) e em países membros da OCDE, sendo as evidências dos EUA mais robustas, pois são significativas por *cluster* e por *bootstrap*. Além disso, é a partir dos anos 1980, relativamente aos anos 1950 – especificação (8) –, que o período de análise tende a resultar em evidências de efeitos negativos e significativos mais pronunciados sobre a média dos *t-valores* vinculados aos efeitos estimados do ambiente político-eleitoral e institucional sobre o comportamento de variáveis fiscais.

Na especificação (9), os resultados obtidos pela MRA indicam que, na média, os estudos publicados das *European Journal of Political Economy*, *Journal of Comparative Economics* e *World Development* são associados a efeitos positivos e estatisticamente significativos maiores no que tange à mensuração do efeito da influência de atributos político-eleitorais e institucionais no comportamento de variáveis fiscais. Especificamente da *European Journal of Political Economy*, o sinal de um possível viés de significância na publicação é mais forte, dado que a estatística significativa dos coeficientes estimados, tanto na abordagem em *cluster* quanto por *bootstrap*, se mantêm estatisticamente significativos à 10%. Além disso, a chance de ocorrência de um efeito adicional ligado à reputação da revista, medido pelo fator de impacto (JCR), não pode ser refutada mediante resultados estimados por meio da especificação (10).

Conforme descrito na seção anterior, optou-se por estender as investigações mediante a realização de estimações também pelo método de *Probit* ordenado, transformando os *t-valores* em *dummies* de acordo com a equação (3). Enquanto as estimações anteriores por MQP buscam determinar a tendência de efeito dos atributos político-eleitorais e institucionais considerados

nas variáveis fiscais, na abordagem *Probit* ordenada, são verificados os efeitos na probabilidade de obtenção de significância estatística nas relações entre as variáveis analisadas nos estudos.

Tabela 3 – Resultados das extensões das estimações básicas: variável dependente *t*-valor

Varáveis / Especificações	(7)	(8)	(9)	(10)
<i>Variáveis Espaços de Análise</i> (categoria omitida: UE)				
Estados Unidos da América (EUA)	1,888 [2,80]** {1,65}***			
Países membros da OCDE	1,008 [2,57]* {1,07}			
Ásia	0,709 [1,37] {0,68}			
América Latina	0,352 [1,14] {0,55}			
<i>Variáveis Períodos de Análise</i> (categoria omitida: Até anos 1950)				
Anos 1960 e 1970		0,002 [-0,36] {0,00}		
Anos 1980 e 1990		-0,563 [-1,71] {-3,21}*		
Anos a partir dos 2000		-0,412 [-0,56] {-1,97}**		
<i>Variáveis Origens da Publicação</i> (categoria omitida: Outras Revistas)				
<i>European Journal of Political Economy</i>			0,546 [2,32]** {2,43}*	
<i>Journal of Comparative Economics</i>			0,998 [0,45] {2,69}*	
<i>Journal of Development Economics</i>			1,082 [0,74] {1,92}**	
<i>Journal of Policy Modeling</i>			0,451 [0,68] {1,19}	
<i>World Development</i>			0,995 [0,33] {2,52}*	
<i>Impacto da Publicação</i>				
Fator de Impacto (JCR)				0,259 [0,21] {1,68}***
Constante	-0,171 [-0,68] {0,40}	0,691 [1,27] {2,63}*	-0,466 [-1,52] {-1,43}	-0,275 [0,50] {-1,03}
Número de Observações	1,376	1,376	1,376	1,376
Testes F	6,20*	6,24*	6,01*	5,21*
VIF	2,02	2,29	2,46	2,50
R ²	0,0217	0,0356	0,0346	0,0326

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: Estatísticas-t por *cluster* entre colchetes. Estatísticas-t por *bootstrap* entre chaves. * Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. *** Significativo a 10%. Pesos analíticos para cada estudo estão incluídos.

Os resultados por *Probit* ordenado são reportados na Tabela 4. As especificações (11) a (16) seguem, respectivamente, as anteriores especificações (1) a (6), apenas mudando o método de estimação e a variável dependente. As evidências obtidas pelas regressões *Probit* ordenadas, no que tange às estratégias de identificação, indicam uma tendência geral de expansão do nível de significância estatística dos *t-valores* com o uso de fatores políticos-eleitorais e institucionais como variáveis explicativas. Observa-se, ainda, que a ideologia, o nível de competição e o sistema político-eleitoral tendem a impactar de forma negativa (e significativa) nos *t-valores* estimados nos modelos que utilizam as variáveis fiscais selecionadas como dependentes. Logo, os resultados apontam que a consideração dessas variáveis nos modelos eleva a probabilidade de verificar um efeito restritivo significativo sobre a execução orçamentária governamental.

Tabela 4 – Resultados das estimações por *Probit* ordenado: variável dependente *dummy t-valor*

Varáveis / Especificações	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)
<i>Variáveis Fiscais</i> (categoria omitida: Despesa Pública Total)						
Despesas correntes	-0,318 [-1,89]**	-0,535 [-3,02]*	-0,326 [1,94]**	-0,408 [-2,38]*	-0,523 [-3,07]*	-0,331 [-1,96]**
Despesas de capital	-0,713 [-3,45]*	-0,821 [-3,88]*	-0,719 [-3,47]*	-0,787 [-3,76]	-0,829 [-3,95]*	-0,724 [-3,49]*
Despesas por função	-0,982 [-7,74]*	-1,012 [-7,67]*	-1,007 [-7,73]*	-1,071 [-8,08]*	-1,045 [-7,90]*	-0,972 [-7,72]*
<i>Déficit</i> público	0,159 [1,06]	0,572 [3,26]	0,173 [1,16]	0,275 [1,76]***	0,519 [3,14]*	0,182 [1,19]
<i>Variáveis Político-Eleitorais e Institucionais</i>						
Ideologia	-0,633 [-5,01]*	-0,547 [-3,86]*	-0,712 [-5,10]*	-0,731 [-5,29]*	-0,624 [-4,57]*	-0,698 [-5,14]*
Alinhamento	0,473 [-3,42]*	-0,590 [-3,01]*	-0,638 [-3,47]*	-0,673 [-3,66]*	-0,611 [-3,31]*	-0,634 [-3,42]*
Competição político-eleitoral	-0,483 [3,85]*	0,586 [4,12]*	0,547 [4,08]*	0,537 [4,38]*	0,612 [4,86]*	0,474 [3,82]*
Sistema político-eleitoral	0,193 [-3,29]*	-0,427 [-2,97]*	-0,510 [-3,48]*	-0,515 [-3,48]*	-0,467 [-3,25]*	-0,485 [-3,27]*
Ano de eleição	-0,205 [1,53]	0,217 [1,49]	0,235 [1,83]**	0,343 [2,43]*	0,296 [2,32]**	0,223 [1,77]***
Constante	-0,278 [-2,54]*	-0,327 [-1,05]	-0,155 [-1,15]	-0,209 [-1,82]***	-0,285 [-2,56]*	-0,286 [-2,63]*
Espaços de Análise	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Abordagens Metodológicas	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Dummy</i> Identificação 1	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Dummy</i> Identificação 2	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Dummy</i> Identificação 3	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Dummy</i> Identificação 4	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Número de Observações	1.376	1.376	1.376	1.376	1.376	1.376
Wald χ^2	268,47*	297,34*	271,73*	271,74*	267,91*	267,99*
Pseudo-R ²	0,1912	0,2051	0,1928	0,1955	0,2045	0,1917

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: Estatísticas-t por *cluster* entre colchetes. * Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. *** Significativo a 10%. Pesos analíticos para cada estudo estão incluídos.

Portanto, considerando todos os resultados das MRA do presente estudo, no que se refere à utilização das variáveis fiscais selecionadas como dependentes, sinaliza-se, de modo geral, uma maior probabilidade de ocorrência de influência negativa significativa dos fatores político-eleitorais e institucionais sobre os *t-valores* estimados. Isso é válido tanto para as estimações por MQP quanto pelas estimações por *Probit* ordenado. Ademais, observa-se a necessidade de controlar potenciais vieses de endogeneidade para evitar impactos negativos nas significâncias

estatísticas das estimativas em investigações sobre a temática aqui considerada. Esse resultado converge com os resultados obtidos no estudo de Heinemann, Moessinger e Yeter (2018)⁶.

Assim, considerando as evidências aqui obtidas pelas duas abordagens econométricas, é plausível sugerir que o refinamento da estratégia empírica de investigação tende a auxiliar tanto na identificação mais robusta dos efeitos, como, no geral, em possíveis impactos significativos do ambiente político-eleitoral e institucional no comportamento fiscal dos governantes (*déficit* e despesas). Tal observação é importante, uma vez que chama a atenção para a possibilidade de identificação de incentivos à ocorrência de comportamentos fiscais oportunistas ou ideológico-partidários pelos *policymakers* a partir de estratégias empíricas de investigação adequadas que empreguem variáveis político-eleitorais e institucionais para explicar caracterizar o ambiente no qual são tomadas decisões pelos governantes relativas à alocação de recursos orçamentários.

Considerações finais

O presente artigo faz uma das primeiras tentativas de aplicação da técnica de análise de Meta-Regressão (MRA) no campo de pesquisa vinculado à discussão da *Public Choice* ou, mais especificamente, da Teoria de PBC. Assim, explora e resume sistematicamente, com técnicas econométricas, as evidências empíricas de vinte e um estudos primários, selecionados seguindo recomendações da literatura. Nesse sentido, o artigo fornece estimativas relativas aos sinais e aos níveis de significância estatística segundo os quais fatores político-eleitorais e institucionais tendem a influenciar o comportamento fiscal (despesas e *déficit* público) dos governantes. De uma maneira geral, as evidências encontradas sugerem que as estratégias empíricas importam, ou seja, que os efeitos do ambiente político-eleitoral e institucional sobre o comportamento fiscal são sensíveis às opções empíricas relativas a variáveis, metodologia, espaço e tempo.

Podem ser destacadas algumas contribuições para a área de pesquisa. Primeiramente, o estudo auxilia na orientação do debate quanto à identificação de potenciais efeitos causais para as relações entre comportamento fiscal e ambiente político-eleitoral e institucional. Inclusive, pode-se dar ênfase especial aos eventuais resultados distintos em função dos diferentes métodos econométricos adotados. Por exemplo, as evidências sugeriram que estimações econométricas por *System-GMM* ou variáveis instrumentais tendem a impactar positivamente nos níveis de confiança estatística no que tange a influência de fatores político-eleitorais e institucionais sobre as variáveis fiscais consideradas. Porém, os estudos que usaram efeitos fixos apresentaram, em média, maiores efeitos associados ao impacto proporcionado por tais fatores. Já ao incluir a localização geográfica como uma dimensão adicional de análise, verificou-se que os efeitos na média dos *t-valores* ligados as variáveis fiscais são maiores nos EUA e nos países da OCDE.

Além disso, a MRA aqui empreendida também propicia *insights* relativos ao papel das variáveis dependentes e explicativas consideradas para investigar as supracitadas relações. No caso, foram consideradas quatro variáveis fiscais tradicionalmente utilizadas como *proxies* para o comportamento fiscal (despesas correntes, despesas de capital, despesas por função e *déficit* público) e cinco *proxies* comuns para o ambiente político-eleitoral e institucional (ideologia,

⁶ Este artigo, até para permitir uma comparação de evidências na presença ainda de lacunas na literatura referente a estudos desse tipo na temática, seguiu opções similares a Heinemann, Moessinger e Yeter (2018), como algumas das variáveis fiscais e a abordagem metodológica. Porém, os trabalhos se diferenciam em muitos aspectos, como as palavras-chave e termos para a seleção, a fonte – nos autores de referência foi a *Econlit*, que indexa apenas estudos da Associação Americana de Economia, enquanto aqui é a *ScienceDirect*, com publicações de vários países – e o recorte temporal – nos autores de referência foi de 2004 a 2014, aqui de 2008 a 2019. Assim, o conjunto de estudos primários é diferente. Ademais, os autores se concentraram na análise de impacto das regras fiscais numéricas sobre os agregados fiscais em um contexto nacional e subnacional; já este artigo explica o padrão e a diferenciação das evidências empíricas expostas na literatura que investiga a influência de atributos político-eleitorais e institucionais sobre o comportamento fiscal.

alinhamento, competição político-eleitoral, sistema político-eleitoral e ano de eleição). Tanto por MQP como por *Probit* ordenado, as evidências sinalizaram que os fatores político-eleitorais e institucionais não devem ser considerados exógenos. Assim, recomenda-se que, em análises na área, sejam adotadas estratégias empíricas capazes de lidar com o viés de endogeneidade. Vale ressaltar, ainda, que pelo método de *Probit* ordenado também foi sinalizado que o controle da ideologia, alinhamento, nível de competição político-eleitoral e sistema político-eleitoral é relevante para a mensuração dos efeitos nos *t-valores* estimados das variáveis fiscais analisadas.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, A.; JONES, P. “Leaning Against an Open Door”: Ideology and the cyclicity of public expenditure. **Journal of Policy Modeling**, v. 36, n. 6, p. 957–969, 2014.
- AIDT, T. S.; ETEROVIC, D. S. Political competition, electoral participation and public finance in 20th century Latin America. **European Journal of Political Economy**, v. 27, n. 1, p. 181–200, 2011.
- AIDT, T. S.; VEIGA, F. J.; VEIGA, L. G. Election Results and Opportunistic Policies: A New Test of the Rational Political Business Cycle Model. **Public Choice**, Work Paper Series. v. 148, p. 21–44, 2011.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 3, p. 651–678, 1987.
- ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. **Mostly harmless econometrics**. [s.l.] Princeton University Press, 2009.
- AZZIMONTI, M. The dynamics of public investment under persistent electoral advantage. **Review of Economic Dynamics**, v. 18, n. 3, p. 653–678, 2015.
- BASKARAN, T. Coalition governments, cabinet size, and the common pool problem: Evidence from the German states. **European Journal of Political Economy**, v. 32, p. 356–376, 2013.
- BENOS, N.; ZOTOU, S. Education and Economic Growth: A Meta-Regression Analysis. **World Development**, v. 64, p. 669–689, 2014.
- BOHN, F. Political budget cycles, incumbency advantage, and propaganda. **Economics and Politics**, v. 31, n. 1, p. 43–70, 2019.
- BOTELHO, L. L. R.; MACEDO, M.; FIALHO, F. A. P. Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 474, p. 17, 2014.
- BOUKARI, M.; VEIGA, F. J. Disentangling political and institutional determinants of budget forecast errors: A comparative approach. **Journal of Comparative Economics**, v. 46, n. 4, p. 1030–1045, 2018.
- BOVE, V.; EFTHYVOULOU, G.; NAVAS, A. Political cycles in public expenditure: butter vs guns. **Journal of Comparative Economics**, v. 45, n. 3, p. 582–604, 2017.
- BRACCO, E.; PORCELLI, F.; REDOANO, M. Political competition, tax salience and accountability. Theory and evidence from Italy. **European Journal of Political Economy**, n. March, p. 1–26, 2018.
- BURRET, H. T.; FELD, L. P. (Un-)intended effects of fiscal rules. **European Journal of Political Economy**, v. 52, n. August 2016, p. 166–191, 2018.
- CAMERON, A. C.; GELBACH, J. B.; MILLER, D. L. Bootstrap-Based improvements for inference with clustered errors. **The Review of Economics and Statistics**, v. 90, n. 3, p. 414–427, 2008.
- CARD, D.; KLUVE, J.; WEBER, A. Active Labour Market Policy Evaluations: A meta-analys. **The Economic Journal**, v. 120, n. november, p. 452–477, 2010.
- CASTAÑEDA-ANGARITA, N. Party system nationalization, presidential coalitions, and

- government spending. **Electoral Studies**, v. 32, n. 4, p. 783–794, 2013.
- CHORTAREAS, G.; LOGOTHETIS, V.; PAPANDREOU, A. A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece’s municipalities. **European Journal of Political Economy**, v. 43, p. 1–13, 2016.
- COVRE, J.; MATTOS, L. B. **A Situação Fiscal e os Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: uma análise a partir de dados em painel dinâmico espacial**. XXI Prêmio Tesouro Nacional 2016. **Anais...**Brasília/DF: Tesouro Nacional, 2016
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135–150, 1957.
- DUTT, P.; MOBARAK, A. M. Democracy and policy stability. **International Review of Economics and Finance**, v. 42, p. 499–517, 2016.
- EFENDIC, A.; PUGH, G.; ADNETT, N. Institutions and economic performance: A meta-regression analysis. **European Journal of Political Economy**, v. 27, n. 3, p. 586–599, 2011.
- EICHLER, S.; PLAGA, T. The political determinants of government bond holdings. **Journal of International Money and Finance**, v. 73, p. 1–21, 2017.
- FOREMNY, D. Sub-national deficits in European countries: The impact of fiscal rules and tax autonomy. **European Journal of Political Economy**, v. 34, p. 86–110, 2014.
- FORTIN, M. F. **O Processo de Investigação: da concepção à realização**. Loures: Lusociência, 1999.
- FREY, B.; LAU, L. J. Towards a mathematical model of government behaviour. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, v. 28, p. 355–380, 1968.
- GIULIODORI, M.; BEETSMA, R. On the relationship between fiscal plans in the European Union: An empirical analysis based on real-time data. **Journal of Comparative Economics**, v. 36, n. 2, p. 221–242, 2008.
- GOMES, I. S.; CAMINHA, I. D. O. Guia para estudos de revisão sistemática: Uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento**, v. 20, n. 1, p. 395–411, 2014.
- GREENE, W. H. **Econometric analysis**. [s.l.] Prentice Hall, Upper Saddle River., 2003.
- GUCCIO, C.; MAZZA, I. On the political determinants of the allocation of funds to heritage authorities. **European Journal of Political Economy**, v. 34, n. August 2002, p. 18–38, 2014.
- HEINEMANN, F.; MOESSINGER, M. D.; YETER, M. Do fiscal rules constrain fiscal policy? A meta-regression-analysis. **European Journal of Political Economy**, v. 51, n. April 2017, p. 69–92, 2018a.
- HEINEMANN, F.; MOESSINGER, M. D.; YETER, M. Do fiscal rules constrain fiscal policy? A meta-regression-analysis. **European Journal of Political Economy**, v. 51, n. April 2017, p. 69–92, 2018b.
- HERWARTZ, H.; THEILEN, B. Partisan influence on social spending under market integration, fiscal pressure and institutional change. **European Journal of Political Economy**, v. 34, p. 409–424, 2014.
- HESSAMI, Z. Political corruption, public procurement, and budget composition: Theory and evidence from OECD countries. **European Journal of Political Economy**, v. 34, p. 372–389, 2014.
- HIBBS JUNIOR, D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977.
- HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. **Cochrane Handbook of Systematic Reviews of Intervention**. London: 2008.
- IGARASHI, W.; IGARASHI, D. C. C.; BORGES, B. J. Revisão Sistemática E Sua Potencial Contribuição Em “Negócios, Gerenciamento E Contabilidade”. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 91, 2015.
- JALIL, A. Z. A. The Political Structures and Subnational Government’s Fiscal Behavior in

- Malaysia. **Procedia Economics and Finance**, v. 1, n. 12, p. 203–212, 2012.
- KANG, W. C. Presidential pork barrel politics with polarized voters. **Political Geography**, v. 67, n. September, p. 12–22, 2018.
- KIM, K.; LIM, S. Determinants of state long-term debt: The political market framework. **Social Science Journal**, v. 55, n. 3, p. 359–368, 2018.
- KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: Evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21–36, 2015.
- KLOMP, J.; HAAN, J. Election cycles in natural resource rents: Empirical evidence. **Journal of Development Economics**, v. 121, p. 79–93, 2016.
- MARTINEZ, L. A theory of political cycles. **Journal of Economic Theory**, v. 144, p. 1116–1186, 2009.
- MARTINS, R. C. A. As teorias de ciclos políticos e o caso português. **Estudos do GEMF**, n. 5, 2002.
- NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975.
- OTO-PERALÍAS, D.; ROMERO-ÁVILA, D.; USABIAGA, C. Does fiscal decentralization mitigate the adverse effects of corruption on public deficits? **European Journal of Political Economy**, v. 32, p. 205–231, 2013.
- PETTAS, N.; GIANNIKOS, I. Evaluating the delivery performance of public spending programs from an efficiency perspective. **Evaluation and Program Planning**, v. 45, p. 140–150, 2014.
- RABIAIS, S. D. F. **Meta-análise: uma aplicação ao estudo do tratamento da doença pulmonar obstrutiva crónica**. Universidade de Lisboa, 2011.
- RAMALHO, A. **Manual para redacção de estudos e projectos de revisão sistemática com e sem metanálise**. Coimbra: FORMASAU, 2005.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21–26, 1990.
- ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1–16, 1988.
- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 39–58, 2009.
- SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: do they differ across countries and why? **Journal of Public Economics**, v. 90, p. 1367–1389, 2006.
- SIQUEIRA, F. F. Ciclo Político: Uma Revisão Literária. **Informações Fipe**, p. 57–66, 2016.
- SJAHRIR, B. S.; KIS-KATOS, K.; SCHULZE, G. G. Administrative Overspending in Indonesian Districts: The Role of Local Politics. **World Development**, v. 59, n. 01, p. 166–183, 2014.
- STANLEY, T. D. Meta-regression methods for detecting and estimating empirical effects in the presence of publication selection. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, n. 70, p. 103–127, 2008.
- STANLEY, T. D.; JARREL, S. B. Meta-regression analysis: a quantitative method of literature surveys. **Journal of Economic Surveys**, n. 3, p. 54–67, 1989.
- VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 63–77, 2009.